

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) DANIELA ALCANTARA DA SILVEIRA

A INFLUÊNCIA DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA:
As ações da China em Djibuti (2008-2019), sob os enfoques das Teorias
Realista e Liberal

Rio de Janeiro

2020

CC (IM) DANIELA ALCANTARA DA SILVEIRA

A INFLUÊNCIA DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA:

As ações da China em Djibuti (2008-2019), sob os enfoques das Teorias
Realista e Liberal

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref) Claudio Rogerio de
Andrade Flôr

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe Maria Rosa e meu pai Amaury. Às minhas filhas Carolina e Antonella, por vocês serem minha inspiração diária, por me motivarem a dar o melhor de mim sempre, pelo carinho e suporte emocional, principalmente em um ano de muitas dificuldades, durante a consecução do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS 2020).

Ao CC (IM) Cunha e à CC (IM) Luciana Rebouças, agradeço pela amizade e pelo apoio na consecução deste trabalho.

A Prof.^a. Dra.^a. Alana Camoça, pelo apoio de material de pesquisa essencial para esta dissertação.

Ao Capitão de Mar e Guerra (Ref) Claudio Rogerio de Andrade Flôr, meu orientador, pela extrema atenção, disponibilidade e pelos valiosos conselhos e orientações ao longo do estudo, o que fizeram a total diferença à melhoria constante deste trabalho.

Aos meus amigos do C-EMOS 2020, que juntos conseguimos superar todos os desafios que nos foram tomados, em virtude da pandemia, pelo apoio e amizade ao longo do curso.

A Deus por permitir que tudo isso fosse concretizado.

RESUMO

O crescimento acelerado da China reflete em demandas cada vez maiores que vão de recursos naturais a interesses em Estados estratégicos, assim, inserimos a África como seu grande fornecedor. Nesse contexto, o propósito desta dissertação é analisar se as ações da China no Djibuti, no que diz respeito aos seus interesses pela ativação da sua primeira Base militar no exterior e pela proposta da Iniciativa da Rota Marítima da Seda do século XXI, estão em sintonia com as Teorias Realista e Liberal. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa sobre as ações chinesas naquele Estado no espaço temporal compreendido entre 2008 e 2019. O trabalho foi estruturado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia de estudo comparativo, a fim de responder às questões propostas. Sendo assim, após o estudo dos pressupostos teóricos confrontados com os dados e evidências, concluiu-se que a China efetua ações que proporcionam o fortalecimento do seu poder na região, em busca à sua sobrevivência, corroborados com a instalação da Base e ao incremento dos elementos do Poder Nacional, Geografia, Grau de Preparação Militar, Qualidade da Diplomacia e Capacidade Industrial, com ênfase às suas rotas marítimas estratégicas e à salvaguarda de seus interesses nacionais, voltados ao exterior, coadunando com a Teoria Realista. Por outro lado, exerce uma política externa de integração e cooperação com a participação na Rota Marítima, corroborando também com a Teoria Liberal. As diferentes abordagens teóricas ajudaram a considerar as relações internacionais de diferentes pontos de vista sobre o objeto em estudo.

Palavras-chave: África. Djibuti. China. Teoria Realista. Teoria Liberal. Base Militar. Rota Marítima da Seda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Djibuti e sua Localização.....	58
Figura 2 - Canal de Suez e a ligação direta com o Djibuti.....	59
Figura 3 - Bases Militares no Djibuti.....	60
Figura 4 - Área de Operação Antipirataria <i>Ocean Shield</i>	61
Figura 5 - Porto Multiuso de Doraleh e Base Naval Chinesa.....	62
Figura 6 - Rota Marítima da Seda.....	63
Figura 7 - Base militar chinesa do Djibuti necessária para proteger as principais rotas comerciais que ligam a Ásia, África, Oriente Médio e Europa.....	64
Figura 8 - Djibuti como centro de integração do MSRI.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI –	Iniciativa do Cinturão e da Rota
BRICS –	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CMG –	China Merchants Group
CNUDM –	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DCoC –	Código de Conduta do Djibuti
DPFZA –	Autoridade de Portos e Zona Franca de Djibuti
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
FRUD –	Frente para Restauração da Unidade e da Democracia
IMO –	Organização Marítima Internacional
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MD –	Ministério da Defesa
MOOTW –	Operações Militares que não sejam de Guerra
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
MSRI –	Iniciativa da Rota Marítima da Seda
NRI –	Instituto de Pesquisa Naval Chinês
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA –	Organização da Unidade Africana
PIB –	Produto Interno Bruto
PLA –	Exército de Libertação Popular da China

PLAN –	Marinha do Exército de Libertação Popular da China
RPP –	Coligação Popular para o Progresso
SCA –	Autoridade do Canal do Suez
UA –	União Africana
UE –	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ABORDAGEM DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL E OS INTERESSES E COOPERAÇÕES ENTRE OS ESTADOS	12
2.1	A Teoria Realista	12
2.2	A Teoria Liberal	15
3	DJIBUTI, UM BREVE HISTÓRICO: SUA HISTÓRIA, A GEOPOLÍTICA E A SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL	17
3.1	A Evolução Histórica do Djibuti	17
3.2	A Geopolítica, a Localização Estratégica e a Inserção do Djibuti no Cenário Internacional.....	20
3.2.1	Canal de Suez e sua importância ao Djibuti.....	23
3.3	Breves considerações sobre a Pirataria no Djibuti	24
4	OS INTERESSES DA CHINA E SUA PRESENÇA ESTRATÉGICA NO DJIBUTI	29
4.1	A China e a África: o despertar ao Djibuti.....	29
4.2	A Primeira Base Militar Exterior da China no Djibuti	31
4.3	A Iniciativa da Rota Marítima da Seda no Djibuti	37
4.4	A Relação da Base Militar com a Rota Marítima da Seda no Djibuti	40
5	ANÁLISE DAS AÇÕES DA CHINA NO DJIBUTI A PARTIR DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL	43
5.1	Análise das Ações Chinesas sob a Abordagem Realista.....	43
5.2	Análise das Ações Chinesas sob a Abordagem Liberal.....	47
6	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO A	58
	ANEXO B	59

ANEXO C	60
ANEXO D	61
ANEXO E	62
ANEXO F	63
ANEXO G	64
ANEXO H	65

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de um mundo global e interligado por vias de interesses mútuos, a ascensão da China e seu crescimento acelerado nas últimas décadas produziu mudanças importantes nas conexões internacionais. Nesse sentido, a aproximação sino-africana está sendo marcada por um salto qualitativo. De um lado, a grande demanda chinesa por recursos de todos os tipos e mercados consumidores, além da busca por Estados parceiros estratégicos para expansão dos seus projetos de desenvolvimento. Do outro, a África é rica em matérias-primas que atendem aos principais interesses da China, pobre em infraestrutura e sedenta por investimentos externos (GEROMEL, 2019).

Isso se traduz em um volume total de investimentos, entre a China e a África, de 170 bilhões de dólares em 2017, sabendo-se que o valor anterior era de apenas 10 bilhões de dólares em 2000. A África se rendeu aos negócios da China, assim como todos os seus Estados, salvo Suazilândia, de acordo com Geromel (2019). Nesse contexto, insere-se o Djibuti que é um minúsculo Estado africano, contudo estrategicamente localizado nas proximidades das principais rotas de comércio mundiais, entre o mar mediterrâneo, o mar vermelho e o Canal do Suez. Assim, tornou-se alvo de investimentos chineses.

Em consonância aos fatos expostos, apresentamos o propósito deste trabalho, que é analisar as ações e interesses da China no Djibuti, no que diz respeito a sua presença em um Estado da África Oriental, de extrema importância geográfica, em especial a construção da sua primeira Base militar exterior e a implantação da Iniciativa da Rota Marítima da Seda (MSRI)¹. Diante disso, surge o questionamento sobre se estariam essas ações sendo realizadas em sintonia com a Teoria Realista e com a Teoria Liberal das relações internacionais.

¹ Maritime Silk Road Initiative. (Inglês).

Para alcançar o propósito e responder à questão objeto de estudo, esta pesquisa analisará as ações chinesas no Djibuti no período temporal de 2008 a 2019, tomando como base as Teorias Realista e Liberal. Somados a isso, o trabalho foi estruturado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia de estudo comparativo.

A significância do tema reside na importante contribuição para uma melhor compreensão e análise das relações internacionais, envolvendo os interesses estratégicos de uma grande potência como a China, em um pequeno Estado do continente africano, porém de enorme relevância no cenário internacional.

No segundo capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos, nas abordagens das teorias realista, descritas por Hobbes (2006) e Morgenthau (2003) e liberal, descritas por Kant (2008) e Wilson (1918). Serão observadas a conceituação e fundamentação dos interesses em termos de poder e das cooperações entre os Estados, na estrutura do Sistema Internacional, objetivando a melhoria das pesquisas que serão realizadas nas ações chinesas.

No terceiro capítulo será apresentado o Estado de Djibuti e os principais fatores que motivaram a sua inserção no cenário internacional, iniciando por uma breve passagem pela sua evolução histórica, seguindo à importância da sua geopolítica e sua localização estratégica com as principais características geográficas, observando a importância marítima da região, sobretudo pela proximidade do Canal do Suez. O capítulo será finalizado com uma breve análise da pirataria na região.

No quarto capítulo serão analisados os interesses da China no Djibuti, com base nas suas ações realizadas no período de 2008 a 2019. O enfoque ao objeto principal do estudo será feito pelo levantamento das alegações chinesas para a construção da sua primeira base militar exterior. Nesse contexto, abordaremos o projeto da rota marítima da

seda, com o objetivo, além de compreender, verificar as possíveis relações entre as duas ambiciosas ações, ambas materializadas no Djibuti.

No quinto capítulo será feita a análise das ações e interesses da China com sua presença no Djibuti, no período temporal de 2008 a 2019, apresentadas no capítulo quatro. Essas atuações materializadas serão estudadas à luz das teorias realista e liberal, abordadas no capítulo dois, objetivando atingir o propósito do estudo.

Para finalizar, serão apontadas as conclusões, consubstanciadas nas justificativas da presença da China no Djibuti, em consonância com as análises teóricas realizadas. Além disso, será proposto um tema de pesquisa como sugestão para investigações futuras que não puderam ser discorridas neste trabalho.

2 ABORDAGEM DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL E OS INTERESSES E COOPERAÇÕES ENTRE OS ESTADOS

De acordo com Mingst (2014), uma teoria é um conjunto de proposições e conceitos que, em seu sistema, procuram explicar fenômenos especificando as relações entre eles. As teorias ordenam as análises e o entendimento das causas dos eventos que ocorrem no âmbito das Relações Internacionais. Com isso, para a condução da análise e compreensão das questões de estudo orientadas, serão utilizadas como base deste trabalho, as Teorias Realista e Liberal.

O capítulo será dividido em duas seções, a primeira apresentará a Teoria Realista e a segunda a Teoria Liberal, no contexto dos interesses em termos de poder e cooperações entre os Estados. As teorias estão sujeitas a diferentes interpretações por parte dos estudiosos que as analisam o que nos ajudam a considerar diferentes pontos de vista. Por conseguinte, a utilização de duas abordagens teóricas nos permite um entendimento mais amplo, tendo em vista a complexidade das passagens de estudo. Nenhuma perspectiva, sozinha, é capaz de captar toda a complexidade da política mundial contemporânea (MINGST, 2014).

2.1 A Teoria Realista

O realismo pressupõe Estados em um sistema internacional anárquico que baseiam suas políticas em seus interesses nacionais, definidos em termos de poder. O filósofo Thomas Hobbes (2006) postula que a vida do homem é solitária, egoísta e brutal.

Isso vale para os Estados, que diante da conjuntura internacional anárquica, agem para sua preservação, com poucas regras e limitações. Nesse sentido, em sua obra intitulada *Leviatã*, Hobbes (2006) alega que a solução seria o surgimento de um Estado soberano, um leviatã, em que o poder seria absoluto e capaz de assegurar a cura para a guerra perpétua.

Seguindo a evolução histórica, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o teórico Hans Morgenthau (2003) constrói em *A política entre as nações*, os pressupostos teóricos em torno dos postos-chave: poder, natureza humana e interesse nacional. Em uma exploração do significado de poder, busca-se o entendimento da sua natureza, como ele pode ser usado, buscando-se o equilíbrio e como deve ser usado, com limitações ao direito internacional e à moralidade que permeiam as decisões de política externa.

Sob essa ótica, a busca permanente pelo poder dos Estados é embasada pela necessidade fisiológica humana de poder, como faculdade de exercer autoridade. O “interesse definido em termos de poder” constitui o cerne da política internacional. A definição de poder para Morgenthau é:

Quando falamos de poder, no contexto deste livro, não temos em mente o poder do homem sobre a natureza, ou sobre um meio artístico (tal como a linguagem, a fala, o som, a cor) ou sequer sobre os meios de produção ou de consumo; ou sobre si mesmo, no sentido de autocontrole. Ao falarmos de poder, queremos significar o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens. A capacidade de alguém controlar as ações e as mentes de outro homem (MORGENTHAU, 2003, p. 51).

Ainda no que diz respeito ao poder, Morgenthau (2003) caracteriza como elementos do poder nacional, os fatores que explicam o poder de um Estado comparado ao de outro. São eles: a geografia, os recursos naturais, o grau de preparação militar, a capacidade industrial, a população, a índole nacional, o moral nacional, a qualidade da diplomacia e a qualidade do governo.

Em se tratando do interesse e da essência da natureza humana, um pequeno conhecimento da mesma bastará para nos convencer de que, para a grande maioria dos

seres humanos, o interesse constitui o princípio que tudo governa e que quase todo homem em maior ou menor escala, está submetido a sua influência. É o que move a sociedade se inserindo em praticamente todas as relações humanas (MORGENTHAU, 2003).

Somando-se a isso, Morgenthau (2003) destacou os pontos focais da teoria com os princípios do realismo político, iniciando pela avaliação pessimista da natureza humana, onde existem leis em condições de melhorar a sociedade; pelo interesse nacional definido em termos de poder, inserido no cenário internacional; e pela percepção da questão moral nas relações internacionais.

No contexto do interesse nacional definido em termos de poder, desperta-se à análise das políticas externas dos Estados. Segundo Morgenthau (2003), os Estados agem visando as políticas de manutenção do poder; de expansão e de demonstração. Embora a maioria busque maximizar seu poder, o que inevitavelmente pode-se gerar conflitos, surge, então, o papel da moralidade, servindo como um possível caminho para a paz e consequentemente para um equilíbrio de poder entre os Estados.

Em nossa pesquisa, as ações da China serão analisadas por alguns elementos do poder nacional, inicialmente, estudaremos a geografia. A localização estratégica do Djibuti e seus benefícios, como o acesso a rotas marítimas privilegiadas, serão analisadas, ressaltando o Canal de Suez, fator primordial à importância geopolítica da região. Ademais, o elemento geográfico permanente tem sido fator determinante para a estratégia política e militar dos Estados.

À importância geográfica, soma-se o grau de preparação militar por ser o elemento que confere verdadeira importância ao fator geografia, principalmente pelo fato da construção da primeira base militar exterior da China ter ocorrido em um local estratégico como o Djibuti. A Pesquisa se baseará em fatos como o aumento que a China tem realizado em seus gastos militares, porém, em contrapartida, ainda vem preferindo

fazer uso de sua capacidade militar, somente em prol da proteção de seus interesses nacionais.

Adicionalmente, considerando que a China necessita de recursos de todos os tipos, embora, o Estado africano não tenha capacidade de oferecer recursos naturais, sua localização geográfica singular atende às demandas chinesas, agindo como uma via de acesso estratégico.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Capacidade Industrial é outro elemento muito importante, tendo em vista que o Estado deve possuir potencial para converter os seus recursos. No caso do Djibuti, as entradas seriam os investimentos financeiros chineses, sendo transformados e tendo como saída, elementos da infraestrutura, produtos das empresas chinesas no Djibuti.

Por fim, analisaremos a Qualidade da Diplomacia, elemento do poder nacional mais importante para Morgenthau (2003). Os diferentes fatores que determinam o poder nacional são combinados em um todo integrado, pela diplomacia, confiando-lhes direção e peso. Nessa integração poderão ser ativadas potencialidades inertes, com a intenção de produzir os maiores efeitos possíveis na política internacional.

2.2 A Teoria Liberal

O liberalismo postula que a natureza humana é essencialmente boa e que, em geral, os Estados cooperam e seguem as leis, agem por seus próprios interesses e interagem entre si, levando-os a um meio de conquistar a paz. A injustiça e a guerra, são frutos de instituições sociais inadequadas, que podem ser reduzidas ou eliminadas por ações coletivas (MINGST, 2014).

Visando às condições necessárias à paz, o filósofo alemão Immanuel Kant (2008), definiu alguns artigos preliminares, dentre os quais podemos citar que os contratos de paz devem objetivar a solução para todas as guerras, os que tiverem motivações distintas não devem ser firmados e um Estado em guerra não deve permitir ações hostis que gerem fortes represálias e destruam a confiança na paz futura. Assim, essas medidas devem permear a ação dos Estados.

Na sequência dos seus pensamentos, Kant (2008), pontuou as premissas definitivas à paz perpétua: o Estado de paz, sugere-se uma liga de povos com contratos mútuos, aliados por objetivos comuns e com interesses próprios que interagindo coletivamente, anulariam a anarquia e chegariam a paz; e, por fim, os Estados devem exercitar a tolerância mútua, as atitudes pacíficas, em prol de relacionamentos amistosos, objetivando, o alcance do direito público dos homens e o atingimento da paz perpétua.

O idealista Woodrow Wilson e presidente dos Estados Unidos da América (EUA) de 1913 a 1921, também criou a sua liga de povos objetivando um Estado de paz. Seu pilar foi a proposta “Quatorze Pontos”, enviada ao congresso dos EUA, em 1918 que propôs as bases para uma ordem internacional pacífica, ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Mais da metade das 26 cláusulas do seu regimento girava na prevenção da guerra, incluindo o conceito de segurança coletiva, segundo o qual a agressão por parte de um Estado seria contraposta por uma reação coletiva automática de uma “liga de nações”. Assim, a “liga” materializa a importância dada pelos liberais às instituições internacionais para lidar com a guerra e à oportunidade de solucionar os problemas de maneira coletiva, em um fórum multilateral (MINGST, 2014).

3 DJIBUTI, UM BREVE HISTÓRICO: SUA HISTÓRIA, A GEOPOLÍTICA E A SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Neste capítulo serão apresentados um breve histórico da História do Djibuti, evoluindo para o desenvolvimento da sua geopolítica, ressaltada pela localização geográfica estratégica. Serão evidenciadas as principais características da área geográfica onde ele se insere, observando a importância marítima da região, sobretudo pela proximidade do Canal do Suez. Ainda sob esse viés, será feita uma breve análise da pirataria que, também, serviu como um elo de aproximação entre a China e o Djibuti. Nesse contexto, o Djibuti, se insere no cenário internacional pontuado com o que chamou a atenção de uma grande potência mundial, como a China.

3.1 A Evolução Histórica do Djibuti

A História faz com que conheçamos as questões fundamentais e as características gerais do Estado. Permite-nos examinar os elementos de sua criação, seus povos, suas manifestações políticas e acompanhar seu desenvolvimento, a fim de definir a sua identidade, bem como compreender os fatores que direcionaram seu rumo e nos alinhar com a sua trajetória. O Djibuti tem a sua História gravada de seus povos nômades, como os clãs Afares e Issa Somalis e remonta a milhares de anos de uma época em que os negócios dos djibutianos consistiam no escambo de peles por perfumes e especiarias do Antigo Egito, Índia e China (CIA; DEPARTMENT, 2012).

O crescente interesse francês na área que se estendia de Obock, cidade portuária, em Djibuti até a atual fronteira com a Eritreia ocorreu em um cenário de

atividade britânica no Egito e da abertura do Canal de Suez, em 1869. Em consequência, os franceses ergueram sua bandeira no local e por quase vinte anos ignoraram sua nova posição na costa do Mar Vermelho, mesmo após abertura do Suez, em 1869. O porto de Obock se tornou uma estação de carvão para os navios franceses. Assim, se tornou o centro administrativo de um protetorado francês. Entretanto, ainda lidava com alguns óbices, pois sua localização era distante das rotas das caravanas comerciais do interior e, por isso, era considerado um porto ruim (SPIRES, 2015).

Quase duas décadas depois, a França sentiu necessidade de se expandir e com isso incluiu ao seu território as margens do Golfo de Tadjourah. Era uma região portuária de importância marítima, entretanto suas instalações eram consideradas atrasadas quando comparadas aos portos de Massawa, atual Eritreia, e Zelia, nordeste da Somália. Outrossim, Tadjourah era o porto mais movimentado do Estado. O porto de Obock, entre outros óbices, era distante das caravanas comerciais. Djibuti crescia com seu comércio de arma e munições e nessa conjuntura, a capital administrativa foi transferida para Djibuti, em 1892 e, em 1896, Djibuti foi nomeado Somalilândia Francesa (SPIRES, 2015).

O crescimento de Djibuti que tinha como principais atrativos, um bom porto natural e fácil acesso às terras altas da Etiópia, atraía caravanas comerciais que atravessavam a África Oriental. Diante disso, passou a ser o porto oficial da Etiópia que necessitava de acesso ao mar e, no mesmo ano, 1897, foi iniciada a construção da ferrovia, ligando os dois Estados, alcançando Addis Abeba em junho de 1917. As transações comerciais foram significativamente facilitadas. Em 1930, durante a invasão e ocupação italiana da Etiópia, o Djibuti começou chamar a atenção da Itália pelo porto e pela ferrovia. Em 1938, o governo italiano aumentou suas exigências para que a França o cedesse a Somalilândia. A Itália declarou guerra à França e quinze dias depois, o governo francês, assinou um armistício com a Itália (CIA; DEPARTMENT, 2012).

Ao término da guerra, a Somalilândia Francesa permaneceu como território francês, porém progressivamente foi conquistando mais autonomia nos assuntos locais. Em 1946, foi criado um Conselho de Representantes, do qual metade dos membros eram nativos da colônia. Nessa evolução, a Organização da Unidade Africana (OUA) apoiou a autonomia do Djibuti e, em paralelo, adotou procedimentos que pressionavam a França para que a independência fosse concedida. O eleitorado votou pela independência em maio de 1977. A República de Djibuti foi fundada em 27 de junho de 1977, e Hassan Gouled Aptidon (1977-1999) tornou-se o primeiro presidente do Estado (CIA; DEPARTMENT, 2012).

Almejando a organização da sua política interna, Gouled escolhia cuidadosamente seus assessores diretos do governo, de modo a manter o equilíbrio entre os Afars e Issas, cujo histórico de conflitos existe desde antes da era colonial. Em 1979, foi formada a Coligação Popular para o Progresso (RPP), dominada pelo clã Issas. Em reação, o grupo étnico Afars formou o Frente para Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD). O clima político tenso culminou na guerra civil de Djibuti (1991-1994) (SPIRES, 2015).

Na evolução de seu governo, o presidente Gouled se tornou um dos primeiros líderes políticos do Djibuti, ficando no poder por mais de vinte anos. Apesar de ter enfrentado grandes desafios, como os ataques terroristas de grupos Afars e as tensões étnicas, manteve o Estado unido por mais de uma década. A relativa paz na volátil região do Chifre da África², onde se insere o Djibuti, foi uma conquista e figura como modelo de estabilidade em uma área extremamente insegura, de acordo com Spires (2015). Gouled escolheu seu sobrinho para sucedê-lo e Ismail Omar Guelleh, assumiu a presidência em

² O Chifre da África, é a área a leste do continente africano formada pelos seguintes Estados: Djibuti, Etiópia, Eritreia e a Somália. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/economia-da-africa/o-chifre-da-africa.html>

2001 e se mantém no poder até os dias atuais, após o quarto mandato, em 2016. Nessa conjuntura, o Djibuti seguirá o rumo da visibilidade internacional.

Diante dos fatos apresentadas, analisando breves passagens históricas, podemos constatar as transformações no Djibuti. Desde seus povos nômades e a utilização do escambo à colonização francesa, o crescimento e valorização de sua área marítima com seu porto natural que atraiu potências europeias, viabilizando ainda a ligação estratégica com a vizinha Etiópia, a independência e a passagem por uma Guerra Civil. Somados à sequência de conflitos étnicos e o êxito da estabilidade pelos longos governos, finalizando com o desenvolvimento político, seguindo rumo ao cenário internacional.

3.2 A Geopolítica, a Localização Estratégica e a Inserção do Djibuti no Cenário Internacional

Algumas características podem potencializar a trajetória futura do interesse de uma grande potência em outros Estados no cenário internacional. A começar pela sua localização estratégica³ e, em seguida, o contexto da política externa do Estado. Com relação ao Djibuti, sua posição geográfica é extremamente importante para os interesses estratégicos globais de um Estado. Quanto à política, o presidente Guelleh está no poder desde 2001, enfrenta pouca oposição, domina uma população estimada em 1 milhão de habitantes e tem uma experiência considerável em negociar com grandes potências (CABESTAN, 2019; CIA; DEPARTMENT, 2012).

Com uma localização singular, conforme é possível verificar na FIG. 1 (ANEXO A), o Djibuti tem alto valor para os Estados marítimos, localizado no Chifre da

³ <https://djiboutiembassykuwait.net/>

África e faz fronteiras com a Eritreia no Norte, a Etiópia a oeste e a Somália no Sudeste. Tem 370 km de costa no Mar Vermelho e no Estreito de Áden. Situa-se ainda no estreito de Bab el Mandeb, que fica entre a África e o Oriente Médio, ligando o Mar Vermelho ao Golfo de Áden à Ásia, que é uma das rotas marítimas mais importantes do mundo. Cerca de 60% de todos os navios comerciais do mundo usam suas águas. Estando ainda nas proximidades do Canal de Suez, conforme mostrado na FIG. 2 (ANEXO B) (CIA; DEPARTMENT, 2012).

O almirante estadunidense Alfred Mahan (1840-1914) afirmava que as grandes rotas traçadas pelo interesse e pelo comércio, era o principal elemento do poder e prosperidade dos Estados. A essas posições vantajosas conceituou de posições estratégicas, sua relevância residia em sua posição próxima às principais Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), responsáveis pelas vias de comércio. No mesmo pensamento, os geopolíticos, Halford Mackinder e Nicholas Spykman, sublinharam a importância do controle de Bab el Mandeb, essencialmente pela sua ligação direta com o Suez (MAHAN, 2010)⁴.

Vale registrar que a localização da China possui um ponto desfavorável pelo fato de estar geograficamente encurralada, uma vez que a saída para os oceanos Pacífico e Índico é formada por Estados aliados dos EUA, o que pode prejudicar o seu acesso às suas LCM. Para tal, é fundamental que a China esteja presente em Estados que tenham uma localização estratégica e possam oferecer acesso às principais rotas marítimas, como o Djibuti (CAVAS, 2016).

Seus potenciais vão além da geografia, incluindo a relevância energética da área, por usufruir uma proximidade com o Mar Vermelho, que contém amplo potencial,

⁴ Original publicado em 1890.

pautado na exploração e exportação de petróleo. Além disso, fica próximo aos campos e refinarias de petróleo da Arábia Saudita (CIA; DEPARTMENT, 2012).

Em sua política, o presidente Guelleh exerce um poder personalizado, tem autonomia em suas relações com as potências mundiais, além de desenvolver um governo crescente e atuante. Suas ações ocorrem, essencialmente, sobre uma política de patrocínio pelo arrendamento de partes do seu território. As receitas de "aluguéis" advêm das bases militares estrangeiras e se somam principalmente às taxas portuárias. O Estado possui um Produto Interno Bruto (PIB) que corresponde a cerca de 80% do setor terciário. Tem seu desenvolvimento econômico principal nos portos. Além disso, desde o início da guerra da Etiópia-Eritreia (1998), o Djibuti se tornou uma porta de entrada para as importações da Etiópia, o que representa um volume comercial significativo para o seu tráfego portuário (CABESTAN, 2019).

Em se tratando das bases exteriores, as primeiras presentes no Djibuti foram a francesa (cerca de 1.000 tropas em 2019, contra 4.300 em 1978) e a estadunidense (cerca de 4.500 tropas). Evoluindo às presenças da Itália, Japão, e mais recentemente, em 2017, a chegada das tropas chinesas, conforme FIG. 3 (ANEXO C). No mesmo ano, a Arábia Saudita assinou um acordo com o Djibuti com o mesmo objetivo (STYAN, 2019).

Outro fator importante para a sua Geopolítica⁵ e desenvolvimento econômico, é a MSRI e a estrutura oficial Visão 2035⁶, onde o Djibuti atua como porta de entrada para a região, a fim de vincular a África aos mercados mundiais. A visão compartilha⁷ a mesma lógica de conectividade da Rota Marítima e objetiva promover o Djibuti como o centro regional e logístico do Chifre da África, a exemplo das cidades portuárias, como Dubai (MAÇÃES, 2019).

⁵ Geopolítica, como nos aponta Meira Mattos (2011, p.289): “a política aplicada aos espaços geográficos”.

⁶ A Visão 2035 é a estratégia de longo prazo do governo para que o Djibuti construa o futuro do Estado, promovendo um crescimento econômico diversificado, competitivo e saudável.

⁷ WORLD BANK GROUP, 2014.

Com relação à diplomacia e desenvolvimento de cooperações e alianças, o Djibuti vem marcando presença em fóruns internacionais⁸, como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). É membro da União Africana (UA), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com os aspectos analisados, percebemos que a perspicácia política de Guelleh, em conjunto com a privilegiada posição geográfica, desenha com excelência a Geopolítica do Djibuti. Somados a um contexto de alianças e cooperações estratégicas e atrelados aos crescentes interesses estrangeiros, nos leva a uma perspectiva bastante favorável para os seus próximos anos no cenário internacional. Sob a abordagem realista, o seu poder nacional é enaltecido, especialmente pela sua geografia. Sob a liberal, as ações de cooperação sino-djibutianas são favorecidas pela sua participação ativa no FOCAC.

3.2.1 Canal de Suez e sua importância ao Djibuti

O Canal de Suez⁹ é uma abertura artificial, construída no Egito, possui 193 quilômetros de extensão, com 24 metros de profundidade e 365 metros de largura. Conecta os mares Vermelho e Mediterrâneo e permite a comunicação marítima entre a Europa e a Ásia, sem a necessidade de realizar o contorno do continente africano, em um reduzido espaço de tempo.

O Suez ressalta ainda mais a importância estratégica do Djibuti, devido à proximidade geográfica entre eles, o que no nosso estudo, reflete diretamente aos projetos

⁸ <https://djiboutiembassykuwait.net/>

⁹ <https://www.britannica.com/topic/Suez-Canal>

chineses. De acordo com a Autoridade do Canal do Suez (SCA, 1956)¹⁰, companhia responsável pela administração do Canal, em 2019, a travessia foi realizada por 18.880 embarcações, transportando, aproximadamente, 1.031.192 milhões de toneladas, configurando-o como uma das principais rotas marítimas do mundo.

Foi inaugurado, em 2015, o Novo Canal de Suez com a construção de um canal, paralelo ao existente, de 35 km de extensão. Com a ampliação, possibilitou travessias simultâneas de embarcações nos dois sentidos. Estima-se que a capacidade de travessia no Canal seja ampliada de 49 para 97 embarcações por dia até o ano de 2023 pela conclusão da obra (BBC NEWS, 2015).

Atualmente, o Suez se insere na conjuntura dos planos de crescimentos sino-africanos. A cooperação entre os dois Estados para a Iniciativa da Rota Marítima da Seda se torna parte importante da artéria transafricana, pois permitirá, através do mar Vermelho, uma saída para o Canal do Suez, favorecendo as conexões comerciais. Esse enlace ressalta ainda mais a importância do Canal tanto para o Djibuti quanto para a China, diante de todos os aspectos observados.

3.3 Breves considerações sobre a Pirataria no Djibuti

A região do Chifre da África, onde está inserido o Djibuti, trata-se de uma das vias de navegação mais importantes do mundo e, exatamente por isso, também uma das mais perigosas, alvo de pirataria. Nesse contexto, observa-se que a região gera preocupação constante e necessidade de acompanhamento com vistas a promover a estabilidade da área e a proteção de suas LCM, em prol dos interesses econômicos, como por exemplo, a região

¹⁰ Suez Canal Authority. (Inglês).

se encontra na chamada Rota do Petróleo, através da qual são transportadas as produções do Oriente Médio e da África, o que configura, aproximadamente, um quarto da produção petrolífera mundial (BBC NEWS, 2009).

Em atenção a conceituação de Pirataria, o Direito Internacional reconhece a obrigação de todos os Estados de combater a pirataria. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em seu artigo 101, define a pirataria, conforme a seguir:

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos:

- a) todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:
 - i) um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;
 - ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;
- b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata;
- c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b) (BRASIL, 1990).

A região ainda é incrementada por possuírem *choke points*: o estreito de Bab el Mandeb e o Canal de Suez, são pontos de estrangulamento marítimos, por serem canais naturalmente estreitos de transporte com alto tráfego por causa de suas localizações estratégicas. Diante disso, esses pontos normalmente enfrentam problemas operacionais e conflitos internacionais de segurança, devido aos ataques de pirataria (FARRELL; NEWMAN, 2020).

A pirataria marítima veio ao longo da História acompanhando as grandes rotas comerciais no globo. Nesse contexto, para fazer frente aos ataques piratas, a marinha do Djibuti é fortalecida, em sua grande maioria, pela cooperação dos Estados que possuem bases militares em seu território. A França manteve uma influência considerável no Djibuti, sustentando a força antipirataria da União Europeia (UE) presente no local, em conjunto com as demais forças presentes no território nesse mesmo objetivo.

Em se tratando das relações sino-africanas, as mais estreitas estavam ancoradas principalmente na logística marítima. A importância do Djibuti para as marinhas ocidentais e asiáticas aumentou à medida que Áden, o principal porto da região se tornou cada vez mais perigoso, em outubro de 2000, a Al-Qaeda¹¹ atacou o USS Cole¹². Com isso, o porto de Djibuti passou a fornecer abastecimento e serviços para o crescente número de navios antipirataria. Em 2008, a China lançou suas primeiras missões para o combate da pirataria no Oceano Índico e no Golfo de Áden, evoluindo gradativamente. Desde então, a China mantém a presença naval antipirataria, sua 33ª missão ao Golfo de Áden, ocorreu em agosto 2019 (PODER NAVAL, 2019).

Em 2009, a Organização Marítima Internacional (IMO)¹³ fez com que os Estados do entorno da África Oriental adotassem o Código de Conduta do Djibuti (DCoC)¹⁴. O código consiste por vários projetos implementados pela Secretaria da IMO, visando melhorar a capacidade regional de combate à pirataria (IMO, s.d). Adicionalmente, temos a Operação *Ocean Shield* (2009 a 2016)¹⁵, realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por meio de Força-Tarefa Combinada, liderada pelos EUA, com o mesmo objetivo de deter a pirataria no mar, conforme FIG. 4 (ANEXO D).

As operações conjuntas contra a pirataria resultaram em uma queda constante dos ataques e sequestros, desde 2012. Essa é a principal conclusão de um relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Contudo, foi alertado que é preciso reconhecer a ameaça constante que a pirataria representa. Destacou-se também a

¹¹ É uma organização fundamentalista islâmica internacional, fundada por Osama bin Laden, constituída por células colaborativas e independentes que visam disputar o poder geopolítico no Oriente Médio.

¹² Foi um ataque feito contra o *destroyer USS Cole* da Marinha dos EUA, enquanto este estava reabastecendo no porto de Áden, no Iêmen.

¹³ IMO - International Maritime Organization. (Inglês).

¹⁴ DCoC - Djibouti Code of Conduct. (Inglês).

¹⁵ <https://mc.nato.int/missions/operation-ocean-shield>

importância da coordenação entre Estados e organizações internacionais para a conservação do apoio a este combate¹⁶.

Em mais uma análise realizada, em se tratando das tendências globais e regionais, o número de atos de pirataria, relatados à IMO¹⁷, totalizaram 193 em todo o mundo, em 2019. Em 2018, foram relatados 223, registrando uma queda de cerca de 14% e o menor número de incidentes globais, desde 1996. A partir dos dados mencionados, verificamos que as áreas do leste da África e costa da Somália, tiveram as menores ocorrências, totalizando 4, e nenhum incidente, respectivamente, em 2019. Em um levantamento das ocorrências nos últimos 35 anos, verificamos 2 casos em 1984; 16, em 1994; 49, em 2005, evoluindo ao seu auge de 223 ocorrências em 2011 e, a partir de 2012, vislumbramos uma queda constante até os dias atuais.

Entretanto, conforme observado pela ONU, a IMO, corroborou que apesar da grande redução dos ataques, a ameaça desses incidentes ainda existe. Os dados revelam um número quase igual de incidentes ocorridos nas águas internacionais, nas águas territoriais e nas zonas portuárias.

Diante do cenário atual, além da constante preocupação com a possibilidade do crescimento da pirataria que tem como uma das principais consequências o aumento do valor do seguro da carga e do navio e do custo do frete, soma-se a probabilidade de uma crise econômica global causada pela pandemia do novo Coronavírus. Essa situação poderá trazer impactos aos Estados da região do Djibuti com uma contração de suas economias, sua carga fiscal pode aumentar, podendo ainda refletir diretamente à prática de roubo de cargas, sequestro e pirataria marítima.

De acordo com as exposições apresentadas, fica evidente a relevância da região frente às demandas da China. Em decorrência disso, trata-se de uma área que gera

¹⁶ <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1696691>

¹⁷ <http://www.imo.org/en/OurWork/Security/PiracyArmedRobbery/Reports/Pages/Default.aspx>

preocupação constante. A pirataria é um fator de fraqueza à utilização das principais rotas marítimas mundiais, fazendo com que, possivelmente, medidas alternativas sejam priorizadas e, com isso, prejuízos são gerados às relações comerciais. Para tal, as ações antipirataria, sob a ótica realista, decorrem de Estados organizados pelo poder e interesses nacionais, em prol das suas sobrevivências, em um cenário de anarquia. Nesse sentido, sob a ótica liberal, os Estados e Instituições cooperam entre si em prol do melhor resultado para os objetivos em comum, operando em forças tarefas conjuntas.

4 OS INTERESSES DA CHINA E SUA PRESENÇA ESTRATÉGICA NO DJIBUTI

Neste capítulo serão analisadas as relações da China com o Djibuti, evoluindo aos principais interesses desenvolvidos e que, atualmente, se integram, com base nas ações chinesas realizadas, no período de 2008 a 2019. O enfoque ao objeto principal do estudo será observado pelo levantamento das alegações chinesas à construção da sua primeira base militar no exterior. Nesse contexto, abordaremos ainda a iniciativa da nova rota marítima da seda do século XXI, com o objetivo, além de compreendê-la, verificar as possíveis integrações entre os dois ambiciosos projetos, ambos materializadas no Djibuti.

4.1 A China e a África: o despertar ao Djibuti

É importante destacar inicialmente que o relacionamento sino-africano foi fortalecido e institucionalizado com a criação do FOCAC, em 2000, sob as vertentes da solidariedade e cooperação, da paz e o desenvolvimento e da vitalidade e prosperidade entre a China e os Estados africanos, sendo o Djibuti um deles. O Fórum fortalece a relação bilateral e a diplomacia da China com a África, garantindo recursos naturais, novos mercados e oportunidades de investimentos. A evolução das relações impulsiona o desenvolvimento africano, bem como atende às crescentes demandas chinesas. O presidente Guelleh participou de sua primeira cúpula do FOCAC¹⁸ em Pequim em novembro de 2006.

Os laços do Djibuti com a China podem ser descritos bem superficialmente por décadas. Embora tenham estabelecido relações diplomáticas em 1979, a presença

¹⁸ <https://www.focac.org/eng>

econômica chinesa se desenvolveu lentamente até o final dos anos 90. Porém, a presença da China no Estado se fortaleceu depois que a Marinha do Exército de Libertação Popular da China (PLAN)¹⁹ começou a participar de operações antipirataria na região e a utilizar portos no Djibuti, em 2008 (STYAN, 2019).

A cooperação China-Djibuti se expandiu e, em 2014, o ex-Ministro da Defesa chinês, Chang Wanquan, assinou um acordo de parceria estratégica de segurança e defesa que permitiu aos navios da PLAN fazer um maior uso dos portos do Djibuti. As missões evoluíram, assim, as relações diplomáticas foram intensificadas, contribuindo, inclusive, para a instalação da primeira base naval exterior da China no Djibuti, em 2017 (CABESTAN, 2019; SUN; ZOUBIR, 2016).

Contudo, desde 2012, a China já havia se tornado a maior investidora interna do Djibuti, com vistas aos interesses estratégicos e econômicos voltados essencialmente à sua localização geográfica. Simultaneamente, as empresas chinesas se tornaram uma das mais ativas no setor de infraestrutura como participantes dos projetos da construção do porto multiuso e da Zona Franca Internacional do Djibuti, como exemplos. Por sua vez, esses projetos refletiram na formulação de estratégias MSRI, em 2013 (STYAN, 2019).

Diante das relações da China com o Djibuti, cabe destacar o documento, Livro Branco de Defesa Chinês (2006), que expõe a Política Africana da China (*China's African Policy*)²⁰. Ficando assim estabelecida uma parceria, voltada à abertura e cooperação ganha-ganha, ao compartilhamento de oportunidades de desenvolvimento e à busca de benefícios mútuos; Estando ainda comprometida com todos os Estados à observação dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica²¹, já inseridos na MSRI.

¹⁹ People's liberation Army Navy. (Inglês).

²⁰ <https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zgdfzcc/t481748.htm>

²¹ Política chinesa que preza pelo respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão, a não interferência nos assuntos internos, a igualdade, o benefício mútuo e a coexistência pacífica (CHINA, 2006).

Por fim, vale observar que os fatos apresentados giram em torno de um objetivo maior, a realização do sonho chinês do atual presidente Xi Jinping e de seu povo, que dentre inúmeros desejos, intenciona a China se tornar um Estado forte e próspero até o ano de 2049, data que se celebra o centenário da Revolução Chinesa, sob os pilares da ascensão e desenvolvimento pacíficos, em um mundo harmonioso, o que consiste a grande estratégia da China (CARRIÇO, 2013; CHINA, 2015).

4.2 A Primeira Base Militar Exterior da China no Djibuti

As negociações com o Djibuti em torno do estabelecimento de uma base militar chinesa em seu território foram bastante reservadas. A notícia foi publicada pela primeira vez pelo presidente Guelleh em maio de 2015. Entretanto, foi confirmada em novembro, pelo, na época, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores (MRE) da China, Hong Lei, com o seguinte anúncio: “A China e o Djibuti são Estados amigos, estamos consultando um ao outro sobre a construção de instalações logísticas em Djibuti.”; evoluindo, logo em seguida à assinatura de um contrato de dez anos e permitindo que o Estado chinês usasse instalações marítimas em construção nesse Estado (CABESTAN, 2019).

Antes da assinatura do contrato, em 2009, com o aumento do número de operações de escolta na região, as necessidades logísticas evoluíram, com isso, estrategistas chineses começaram a debater sobre duas questões: a lógica e os objetivos da criação de uma base militar no exterior e a localização dessa base. O governo chinês refutava essas discussões, diante da opinião de que passaria uma mensagem errada e iria de encontro com a oposição da China às bases militares das grandes potências no exterior como sinais do

imperialismo e do hegemonismo. Historicamente, as forças armadas chinesas têm como missão proteger as fronteiras e o território, mas o Djibuti fica em outro continente. Para os EUA, a instalação da base estaria revestida de intenções hegemônicas (CABESTAN, 2019; YRIS, 2018).

Contudo, dois acontecimentos modificaram os termos da discussão: a evacuação bem-sucedida, mas improvisada de cerca de 36.000 cidadãos chineses da Líbia, em 2011 e a chegada de Xi Jinping ao poder com a sua política externa assertiva e oportunista. O número elevado de cidadãos presos na Líbia em situação de crise, sensibilizou o governo chinês. Nesse sentido, uma instalação militar na África teria auxiliado bastante as autoridades chinesas. Existem cerca de um milhão cidadãos chineses em toda a África, muitos em regiões inseguras, como a Somália, o que torna a preocupação mais efetiva. A partir de então, a China passou a se voltar à segurança dos seus interesses no exterior (CABESTAN, 2019; YRIS, 2018).

Iniciando a análise, um dos temas cruciais foi a localização da base. A suposta lógica era que a China preferiria sua base longe das já instaladas. Alguns locais foram especulados, como o Oceano Índico (Seychelles ou Gwadar, Paquistão) e a costa oriental da África. Entretanto, a escolha foi o Djibuti, um Estado que hospeda várias forças armadas e que, com isso, a privacidade das atividades da PLAN seria desafiada, além das demais questões controversas. Contudo, a China privilegiou o valor estratégico, pelo Djibuti estar em uma posição vantajosa e a segurança, pelo Djibuti ser um exemplo de estabilidade. O Estado africano está familiarizado com o acolhimento de forças estrangeiras e isso favorece o equilíbrio dos interesses locais, mantendo-se a estabilidade da região (CABESTAN, 2019; KOSTECKA, 2011; YRIS, 2018).

Com relação à lógica para a criação da base, em 2015, o anúncio do, à época, porta-voz do MRE chinês, Hong Lei, citou que a base com sua posição estratégica, além da

segurança aos interesses da China no exterior, seus ativos e pessoal, garantirá o apoio logístico aos seus navios em operações antipirataria; às suas tropas em operações internacionais de manutenção da paz e ajuda humanitária; à segurança das LCM com suas rotas vitais à economia chinesa (CABESTAN, 2019; MELVIN, 2019).

É importante observar que as atividades acima não foram taxativas, deixando espaço aberto. O porta-voz do Ministério da Defesa (MD) chinês, coronel Wu Qian, complementou a questão, ressaltando que manter a paz e a estabilidade global e regional é do interesse de todos os Estados, do povo chinês, do Djibuti e do mundo (CABESTAN, 2019).

Wu Qian observou ainda que a China, desde 2008 tem enviado mais de 100 navios em missões de escolta na região do Golfo de Áden e da Somália. Esses navios permanecem no mar por longos períodos e enfrentam dificuldades para que seu pessoal consiga repousar e para os reabastecimentos, necessitando de uma logística mais próxima e eficaz. Tais fatos corroboram à real necessidade de se ter apoio logístico local (CABESTAN, 2019; KOSTECKA, 2011).

É importante destacar que a presença da PLAN no Djibuti coloca em prática estratégias emanadas pelo Livro Branco de Defesa da China, nos anos de 2015, 2017 e 2019. Citamos o requisito às forças armadas chinesas de se concentrarem em operações militares que não sejam de guerra (MOOTW)²², como resgate de emergência e socorro a desastres, manutenção da paz internacional e assistência humanitária internacional, um conceito adotado para contribuir diretamente à segurança internacional por meios não letais. Atualmente, a China está entre os dez Estados que mais contribuem com o envio de tropas para as operações de manutenção da paz da ONU, o *Troop Contributing Country*²³ (CHINA, 2015; MELVIN, 2019).

²² Military Operations Other than War. (Inglês).

²³ País Contribuidor de Tropa. (Tradução nossa).

Outra estratégia posta em prática foi a priorização dos interesses no exterior como parte crucial dos interesses nacionais da China. Para tal, uma das missões das suas forças armadas é promover a segurança do povo, organizações chinesas e investimentos no exterior. Com isso, o Exército de Libertação Popular (PLA)²⁴ vem aprimorando os mecanismos de proteção aos interesses chineses, a fim de solucionar as deficiências nas operações e suporte no exterior, construindo forças marítimas e desenvolvendo instalações logísticas no exterior.

Seguindo a estratégia de defesa acima mencionada, a Base de suporte do PLA Djibuti entrou em serviço, em primeiro de agosto de 2017, coincidindo com a data alusiva ao 90º aniversário da fundação do PLA. Localizada nas instalações do porto de Doraleh, conforme FIG.5 (ANEXO E), a 13 km da base norte-americana. É estruturalmente uma base militar e naval completa. Porém, Pequim afirma ser um posto avançado logístico e não uma base militar (CHINA, 2015; CABESTAN, 2019).

Nesse contexto, a China pretende não interferir nos assuntos internos de outros Estados, em virtude da sua política de não-interferência, porém, interferirá, se necessário, somente com o apoio da ONU, organizações regionais e autoridades dos Estados interessados. Entretanto, o governo chinês já vem flexibilizando essa prática à medida que as próprias escoltas podem ser vistas como ações de interferência. A China vem tentando equilibrar essa postura, segundo Pang Zhongying, professor de relações internacionais da Universidade Renmin da China (CABESTAN, 2019; CHAZIZA, 2018; KOSTECKA, 2011).

Vale ressaltar que observadores ocidentais ficaram preocupados com o trabalho de construção da base pela sua estrutura fortificada e bem equipada, incluindo sua localização próxima ao desembarque de cabos submarinos da Internet que conectam Djibuti

²⁴ People's Liberation Army. (Inglês).

tanto à Europa quanto à Ásia e a parte subterrânea estar equipada com instalações de guerra cibernética e eletrônica. A presença da China se revelou mais importante em termos de construções, tropas e equipamentos do que o previsto. No seu pessoal destacam-se fuzileiros navais e forças especiais. Essas qualificações podem nos fornecer alguma indicação sobre as missões que poderá ser solicitada a cumprir no futuro. Além disso, essa característica também faz parte de um esforço maior para reestruturação e reorientação do seu Exército (CABESTAN, 2019; CHINA, 2015; YRIS, 2018).

A instalação da base despertou considerável interesse internacional e especulações sobre os reais objetivos chineses. Dentre muitos estudiosos, destacamos os especialistas do Instituto de Pesquisa Naval Chinês (NRI)²⁵, que consideram a questão como uma interpretação da grande estratégia chinesa, seguindo Mahan, com a possibilidade de que a base do Djibuti será a primeira de uma rede de bases militares chinesas. É provável que Pequim teste como a base se desenvolverá, antes do estabelecimento de outras (CABESTAN, 2019; KOSTECKA, 2011; MAHAN, 2010; YRIS, 2018).

Além da possibilidade acima apontada, entende-se que uma base naval chinesa em Djibuti também já pode fazer parte da mudança da visão marítima da China. Afinal, pela sua localização, seu olhar pode estar voltado ao Oceano Índico. Estrategicamente, isso pode resultar no entendimento do Índico como um potencial centro geopolítico para os anseios chineses e a base, nesse viés, poderá servir como o principal núcleo logístico da China para suas operações navais no local (KRUPAKAR, 2017; MELVIN, 2019; YRIS, 2018).

Com tudo isso, a base pode ser analisada como um recurso estratégico, como parte de uma política de aumento do poder marítimo chinês. Kaplan (2014) descreve as aspirações navais chinesas como a busca de uma estratégia de dois oceanos, evoluindo de

²⁵ Chinese Naval Research Institute. (Inglês).

uma potência regional de um oceano para uma grande potência de dois oceanos, Pacífico ocidental e Oceano Índico. Quando a China realizar tal feito, controlará uma parte estratégica do mundo que se estende da costa da África até a península coreana (KAPLAN, 2014; KRUPAKAR, 2017; MELVIN, 2019; YRIS, 2018).

Aliado às possibilidades acima mencionadas, em 2015, o governo chinês publicou em seu Livro Branco de Defesa nacional uma nova estratégia marítima em dois níveis, defesa das águas costeiras e proteção do mar aberto. As ambições chinesas de construir uma marinha de águas azuis foram claramente refletidas. A mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada, e deve ser dada grande importância à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos à construção de uma potência marítima (CHINA, 2015).

A base materializa a política externa da China, refletindo as suas ambições internacionais. O assunto foi tratado com bastante cautela, aos poucos as ações chinesas foram sendo expostas, finalizando pela base logística tomando a forma de uma base militar. Podemos entender que ela cumprirá tarefas já previstas por seu governo. Porém, conseqüentemente, é provável que essas atividades evoluam. A China se concentra em seus interesses estrangeiros, voltados ao desenvolvimento econômico e, em um contexto estratégico, à projeção do seu poder. Entretanto, trata-se de uma base militar que permitiu o aumento da capacidade da PLAN de projeção, assim não podendo se eximir de evoluções futuras. O teste difícil será o equilíbrio entre a execução das missões da base e os conflitos da região (CIA; DEPARTMENT, 2012; CHAZIZA, 2018; KOSTECKA, 2011).

Ainda nesse contexto, entendemos que as instalações no Djibuti melhoram claramente a capacidade da China de se projetar como uma potência marítima. Contudo, não podemos afirmar a expansão como fator de busca pela hegemonia, em uma disputa com os EUA, pelo menos, até então, diante do divulgado pelo governo chinês. Porém,

devemos considerá-la em uma análise macro, em um momento de construção de aviões e porta-aviões pela China, a base no Djibuti poderia, de fato, refletir uma aspiração chinesa para suplantar os EUA como o poder na área.

Em uma última análise, uma atitude mais moderada, porém firme, pode ser, na visão de Rothkopf (2017), o posicionamento da China. O papel dos EUA pode ser assumido, pelo menos em parte, por ela. Contudo, as suas ações serão muito mais pacíficas que as dos estadunidenses, fator relevante a observar; com a diferença de que, se seus interesses forem desafiados, a China terá o poder militar e a alavanca econômica para defendê-los.

De certo, grandes transformações estão ocorrendo, o aumento da capacidade da PLAN de projetar seu poder e a elevação da sua economia, são consequências da ativação da base. Contudo, mesmo que não se trate de uma busca pela supremacia, demonstra ações voltadas à grande estratégia de Xi Jinping, em busca de uma China forte e próspera.

4.3 A Iniciativa da Rota Marítima da Seda no Djibuti

Em 2013, o presidente Xi Jinping assumiu compromissos em sua política externa, dentre eles, o de iniciar um projeto ambicioso o “*Belt and Road Initiative*” (BRI), traduzido como “Iniciativa do Cinturão e da Rota”. A palavra *Belt* (Cinturão) faz referência a rota terrestre, enquanto *Road* (Rota) designa a via marítima. A Iniciativa da Rota Marítima da Seda começa em Quanzhou na província de Fujian, passa pela rota indo para o norte, em torno do Chifre da África e dali para o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, com uma parada em Atenas antes de atingir a Rota da seda terrestre, conforme a FIG. 6 (ANEXO F) (LUFT, 2017; MAÇÃES, 2019; STUENKEL, 2018).

O projeto objetiva a prosperidade e benefícios mútuos, sendo composto pela implementação de investimentos que objetivam conectar, nos diversos modais, a China e Estados de todo o mundo em uma cooperação econômica mais profunda com o estabelecimento de uma zona de livre comércio. O BRI e a MSRI têm o potencial de transformar a geopolítica global, por meio da construção ou manutenção de infraestrutura como portos e rodovias nos Estados que receberão a Rota. Envolve a participação de vários atores, tais como: governos, empresas privadas e empresas estatais chinesas (LUFT, 2017; MAÇÃES, 2019; STUENKEL, 2018).

O Djibuti tornou-se um parceiro formal da MSRI em 2018, após uma reunião entre Xi Jinping e Guelleh, em Pequim. Em seguida, no sétimo FOCAC, Guelleh declarou se beneficiar muito dos investimentos chineses em portos, ferrovias e estradas. Observou ainda que a Iniciativa é a chave para promover a agenda de crescimento do Djibuti e, finalizou registrando a satisfação pela região continuar a se beneficiar de muitas vantagens. Esse projeto é considerado parte importante da artéria transafricana que permitirá a muitos Estados da África obterem, através do mar Vermelho, uma saída para o Canal de Suez, favorecendo as conexões comerciais (STYAN, 2019).

Os interesses chineses foram originados pela relevante localização geográfica, tornando o Djibuti um centro estratégico às conexões necessárias ao desenvolvimento da MSRI, estando na interseção de rotas marítimas de grande importância, com um corredor para a Europa e no ponto de união da África, Oriente Médio e Oceano Índico. O Djibuti ganha ainda um valor agregado devido à sua proximidade com a Etiópia, pela sua infraestrutura e pela parceria comercial em expansão com a China (MAÇÃES, 2019; KRUPAKAR, 2017; STYAN, 2019).

Nessa conjuntura, a parceria bilateral sino-djibutiana vem se refletindo em investimentos, onde podemos ressaltar os dois principais elementos-chave integrados à

MSRI, a ferrovia Djibuti-Adis Abeba e o Porto Multiuso de Doraleh. A ferrovia é um dos componentes mais ativos e tangíveis da Rota na África Oriental, se conectando às LCM estratégicas. Seu papel sobrepuja a facilitação comercial através dos portos de Djibuti, fornecendo acesso às crescentes zonas industriais da Etiópia, ampliando a ligação entre os Estados. Já o porto, abrange instalações de contêineres, um cais de 1,2 km, fornece ancoradouros em águas profundas que podem acomodar até seis dos maiores navios de carga do mundo e tem conexão direta com a ferrovia (CARVALHO, 2018; STYAN, 2019).

Na mesma linha de raciocínio, o Djibuti se tornou um estado estrategicamente significativo para as empresas chinesas, o governo e a PLAN. O projeto da China para o Djibuti como um importante núcleo de operações da MSRI foi promovido ao governo pela *China Merchants Group* (CMG). A empresa estatal chinesa foi pioneira em investimentos comerciais na Autoridade de Portos e Zona Franca de Djibuti (DPFZA)²⁶ e suas instalações, com o fito de transformar o pequeno Estado Africano em um importante centro logístico²⁷ de integração para uma ampla gama de atividades chinesas de comércio na MSRI, conforme FIG. 8 (ANEXO H). Em síntese, o papel atuante do Djibuti como um *hub*²⁸ na Rota Marítima (STYAN, 2019).

Como os projetos ferroviários e portuários chegaram à conclusão em 2018, Li Xiaopeng, presidente da CMG, em 2017, delineou sua visão de futuro para o Djibuti, apresentada ao *China Daily*²⁹. Citou que ao fazer pleno uso das vantagens geográficas, estariam no processo de tornar o Estado em um centro de transporte regional, logístico e comercial. A empresa quer usar o modelo apelidado de *Port-Park-City*³⁰ Começaram também, a vislumbrar uma ferrovia ligando Djibuti a Camarões e Nigéria, o que pode

²⁶ Djibouti Ports and Free Zones Authority. (Inglês).

²⁷ <https://dpfza.gov.dj/facilities/Free-trade-area/djibouti-free-zone>

²⁸ Principal, ponto central de integração.

²⁹ *China Daily* é um jornal diário em língua inglesa publicado na República Popular da China. O Partido Comunista da China controla a publicação do jornal. Ele tem a maior tiragem entre os jornais de língua inglesa na China.

³⁰ Modelo para construir um parque industrial e, posteriormente, uma cidade para complementar o desenvolvimento inicial de um porto.

transformar o Doraleh³¹ em um futuro rival ao Suez. Porém, existem dificuldades como custos muito altos de serviços públicos; clima árido e falta de mão de obra (CIA; DEPARTAMENT, 2012; STYAN, 2019; YANZI, 2017).

Com relação aos fatos apresentados, percebemos a grandiosidade desse ambicioso projeto e as inúmeras necessidades chinesas para a sua implementação e desenvolvimento. O cerne dos interesses da China, no Djibuti, se concentra em torno da sua posição geográfica singular, o que vem diretamente ligado às rotas marítimas estratégicas e ao desenvolvimento e integração de portos e ferrovias ao longo dessas vias, como um centro marítimo global totalmente conectado à MSRI. Podemos registrar ainda os diversos projetos realizados no Djibuti, custeados pelo governo chinês, levando investimentos ao Estado africano, tendo em vista que o projeto almeja essa via de mão dupla (STYAN, 2019).

Entretanto, é cedo para fazer afirmações precisas e aprofundadas sobre os benefícios do Projeto. E, ainda, em uma outra visão, ampliar a análise, além das perspectivas focadas à cooperação e benefícios mútuos e pensar em quais seriam as reais intenções chinesas. Certamente, a China está pondo em prática a sua estratégia, fortalecendo tanto sua economia, quanto sua influência. Somados a isso, pode-se tratar ainda de uma disputa com os EUA. Porém, nesse sentido, o governo chinês nega a busca pela hegemonia. Precisamos de tempo para que tenhamos as informações necessárias ao esclarecimento dessas questões. Todavia, no cenário atual, esperamos que o BRI/MSRI logre êxito e traga mudanças favoráveis às relações internacionais, independente de quaisquer outros fatores.

4.4 A Relação da Base Militar com a Rota Marítima da Seda no Djibuti

³¹ É uma extensão do porto de Djibuti, localizado a 5 km a oeste da cidade.

Vamos analisar as possíveis relações entre o estabelecimento da primeira base militar da China e a Iniciativa da Rota Marítima da Seda. Vale fazer uma observação antes de iniciarmos a análise. Em 2013, a Universidade de Defesa Nacional da China enviou um relatório à Comissão Militar Central, propondo estabelecer uma base em Djibuti, um relatório que foi aprovado por Xi Jinping. Esse histórico é importante porque coincide com a divulgação do BRI, realizada no mesmo ano. Vislumbra-se então que a garantia do Projeto pode ser uma das missões admitidas pela Base (CABESTAN, 2019; YRIS, 2018).

Com os planos da MSRI iniciados, os investimentos, as LCM estratégicas, as redes comerciais, se tornaram fortes motivos para a ativação de uma base de forças militares protetoras no Djibuti, conforme FIG. 7 (ANEXO G). Nessa linha de raciocínio, podemos evoluir com a necessidade crucial de segurança e estabilidade regional. A região do Djibuti é bastante conturbada³², nesse sentido, a base exerceria o papel fundamental na proteção desses ativos. O BRI tem histórico de relações com segurança, seja interna, como visto em Djibuti, ou externa. A China, em busca de promover a segurança da rota, tem movimentado apoio militar para alguns Estados (A DEFESA NACIONAL, 2018; CABESTAN, 2019; STYAN, 2019).

Como observou o Diretor do Centro de Cooperação do BRICS³³ da Universidade Normal de Pequim, Wang Lei, a localização estratégica do Djibuti contribui diretamente para transformar a base em um pivô na segurança da MSRI, com o fito de proteger principalmente as relações comerciais entre os Estados, uma vez que a maioria das exportações diárias da China para a Europa atravessam o Golfo de Áden e o Canal de Suez.

³² Em frente ao Estado, o Iêmen ferve em uma guerra civil. Ao lado os piratas da Somália. Fora o fato de estar entre Eritreia e Etiópia, rivais antigos e Estados que já entraram em guerra.

³³ Em economia, BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é um agrupamento de Estados de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico.

Corroborando com os fatos apresentados, as ações que visam à garantia da segurança, constam da política de defesa da China, de acordo com o Livro Branco de Defesa, de 2019, onde os interesses chineses no exterior são priorizados. Para tal, o PLA aprimorou os mecanismos de proteção e suporte no exterior e estabeleceu a base militar. Nesse viés, o desenvolvimento da defesa nacional da China visa atender às suas legítimas necessidades de segurança. Essa formulação é amplamente acreditada para atuar paralelamente nas iniciativas da MSRI.

Vale observar que na versão de Pequim o estabelecimento de um centro logístico naval em Djibuti não vincula o status do Estado como um centro da MSRI, mas sim o envolvimento do PLAN em operações antipirataria na região. No entanto, a base fica ao lado do novo porto multiuso e eles, inclusive, compartilham o cais. Assim, na prática, segundo Styan (2019), os aspectos militar e civil estão muito próximos e dessa conexão podem surgir grandes afinidades.

Tendo em vista os fatos apresentados, podemos concluir que a instabilidade regional na área do Djibuti e na extensão da rota pode comprometer à implementação e desenvolvimento da MSRI. Nessa conjuntura, a segurança passa a ser premente. A experiência de Djibuti indica que não se pode entender a decisão de construir a base, abstraindo o papel da PLAN na MSRI (STYAN, 2019); tornando-se, assim, elemento essencial ao sucesso da Rota da Seda, o que nos permite acreditar em uma forte relação entre esses dois grandes passos estratégicos dados pela China.

5 ANÁLISE DAS AÇÕES DA CHINA NO DJIBUTI A PARTIR DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL

Os interesses da China no Djibuti foram evidenciados, como observado no decorrer da pesquisa, sobretudo, pela sua posição geográfica extremamente importante aos interesses estratégicos de um Estado. Essas evidências foram refletidas em ações chinesas, no período temporal de 2008 a 2019, e serão analisadas à luz das teorias realista e liberal objetivando atingir o propósito do estudo.

5.1 Análise das Ações Chinesas sob a Abordagem Realista

De acordo com Hobbes (2006), em um cenário internacional caótico, os Estados reagem pela sua sobrevivência, guiados à solução de seus interesses. Para tal, a China colocou em prática suas ações realistas com a assinatura de um contrato com o Djibuti para o estabelecimento da sua primeira base militar no exterior, marcando assim sua posição estratégica, projetando poder no Estado.

A China pagará um considerável valor de “aluguel” mensal ao Djibuti, além de arcar com os gastos inerentes à infraestrutura necessária à implantação da base. Somados a isso, executa financiamentos e investimentos diretos no Estado africano. Por outro lado, não há contrapartida ao incremento do poder do Djibuti. Com relação a mão de obra, foram utilizados trabalhadores chineses, em sua maioria, conseqüentemente foram criados poucos empregos e não houve transferência de tecnologia e conhecimento. Além disso, grande parte da economia do Djibuti é dependente das receitas de “aluguel”.

Outro projeto considerado foi a MSRI que pode ser visto por uma ótica mais

realista, em termos de poder, pois além de sua grandiosa dimensão, pode revelar uma vontade do poder chinês num mundo global e caótico. A ideia do desenvolvimento em que todos ganham e que a China não teria intenção política na região é questionada por alguns pesquisadores. Fallon (2016) acredita que o projeto seria uma estratégia para aumentar a área de influência chinesa, com a intenção de competir com os EUA.

Com base em Morgenthau (2003), a construção da luta pelo poder e pela paz, gira em torno do poder, natureza humana e interesse nacional. As ações da China serão analisadas por alguns elementos do poder nacional, iniciamos com a geografia.

Nesse cenário, o fato da geografia da China a encurralar o seu acesso à sua LCM pode ser prejudicado, por isso é essencial que estabeleça presença em locais geograficamente estratégicos. Sob a ótica realista, apesar de não fazer fronteira e estar posicionada em outro continente, a China consegue se fazer valer da geografia, estando presente no Djibuti.

Seguindo no mesmo raciocínio, a China necessita de recursos de todos os tipos. Embora, o Estado africano não tenha capacidade de oferecer recursos naturais, sua localização geográfica singular atende às demandas chinesas, agindo como uma via de acesso estratégico às suas riquezas. A presença no Djibuti permite, além do acesso facilitado e o monitoramento de seus interesses na utilização das rotas marítimas no Suez, a livre navegação no Mar Vermelho e no Golfo de Áden. Nesse sentido, para Mahan (2010), o controle das grandes rotas é o principal dos elementos do poder dos Estados.

Em síntese, o Djibuti possui um diferencial exaltado pela sua posição geográfica, o que faz com que a China execute ações estratégicas locais, gerando riqueza. Para tal, desde 2012, se tornou uma das maiores investidoras internas do Estado africano.

À importância geográfica, soma-se o grau de preparação militar por ser o elemento que confere grande importância ao fator geografia, principalmente pelo fato da

construção da primeira base militar exterior da China se valer da localização estratégica do Djibuti. Além disso, é responsável por apoiar diretamente as políticas externas do Estado.

Assim, as estratégias emanadas em seu Livro Branco de Defesa (2015), seguem orientações às ações chinesas. Em virtude de o Djibuti estar localizado em uma região conturbada, com vistas à salvaguarda dos crescentes interesses nacionais chineses, voltados ao exterior, a segurança nacional da China fica mais vulnerável às ameaças. Para que as suas forças armadas possam promover tal proteção, a China externando a sua natureza realista, estabeleceu a base militar, concentrando as forças do PLAN. Desse modo, projeta-se poder, servindo como um possível caminho para a paz e manutenção do equilíbrio entre os Estados da região.

Somados a isso, a fim de demonstrar a qualidade e a quantidade do grau de preparação militar da PLAN no Djibuti, a base tem sua estrutura militar completa bastante fortificada e bem equipada, composta de uma brigada, constituída por vários esquadrões e, no seu pessoal destacam-se fuzileiros navais e forças especiais.

Em paralelo, o PLA implementa a estratégia militar, constante do seu Livro Branco de Defesa (2015). Essas ações fazem parte de um esforço maior para reestruturação do seu Exército e são refletidas na Base, com o intuito de construir forças armadas poderosas, voltados à garantia de segurança para o desenvolvimento pacífico e manutenção da paz mundial. Atualmente, a China conta com o segundo maior orçamento destinado à Defesa, ficando atrás somente dos EUA.

Para fazer frente aos ataques piratas, é importante que a China tenha meios para proteger seus navios contra atividades ilícitas na região do Chifre da África e adjacências. Por isso, em virtude da qualidade do seu Grau de Preparação Militar, realiza, desde 2008, operações antipirataria no local, evoluindo gradativamente. Desde então, mantém a presença naval antipirataria, sua 33ª missão ao Golfo de Áden, ocorreu em agosto de 2019.

Ainda no contexto da qualidade do preparo militar, as ações da PLAN, estão voltadas ao atendimento do requisito das forças armadas chinesas de se concentrarem em MOOTW, como exemplo, o resgate de emergência e socorro a desastres, a manutenção da paz internacional e assistência humanitária internacional. Um conceito adotado pela China em contribuir diretamente para a segurança internacional por meios não letais.

Passamos à análise do elemento de poder, capacidade industrial, não basta ter somente o acesso aos recursos, se o Estado não dispuser de condição capaz para transformá-los. No caso do Djibuti, a entrada não seria composta por recursos naturais, mas sim pelos investimentos financeiros chineses que transformados, obtém-se como saída, a construção de infraestrutura de portos, ferrovias, produtos das empresas chinesas, atuantes no Estado africano.

Por fim, analisaremos a Qualidade da Diplomacia, elemento do poder nacional mais importante para Morgenthau (2003), nesse sentido, vale destacar a relevância do FOCAC no relacionamento sino-africano. O Fórum fortalece a relação bilateral e a qualidade da diplomacia da China com os Estados africanos. Os compromissos selados durante o Fórum são divididos em áreas de cooperação, na política, está previsto o aumento das visitas diplomáticas entre a China e a África, corroborando a importância dessas ações.

Em 2014, o então MD chinês, Chang Wanquan, assinou um acordo de segurança e defesa com o Estado africano que permitiu aos navios da PLAN fazer um maior uso dos seus portos. Com essa aproximação, as relações diplomáticas foram intensificadas, contribuindo, inclusive, para a instalação da primeira base exterior da China no Djibuti, em 2017.

Finalmente, à luz da abordagem Realista, podemos verificar que a China reage com ações, em prol da sua sobrevivência, priorizando os seus interesses nacionais em termos de poder, voltados ao exterior. Com isso, estabeleceu a base militar e incrementou

os elementos do Poder Nacional, Geografia, Grau de Preparação Militar, Qualidade da Diplomacia e Capacidade Industrial, coadunando-se com a Teoria Realista.

5.2 Análise das Ações Chinesas sob a Abordagem Liberal

O liberalismo postula que a natureza humana é essencialmente boa e que, em geral, os Estados cooperam, agindo por seus próprios interesses, levando-os a um meio de conquistar a paz, segundo Kant (2008). Seguindo o pensamento, Wilson (1918) estabeleceu a Liga das Nações que materializa a importância dada pelos liberais às instituições internacionais.

As ações da China no Djibuti, sob a ótica liberal de Wilson (1918), foram efetivadas com a criação de instituições internacionais, entre as quais destacamos o FOCAC. Desde 2000, o fórum regulamenta as relações entre a China e os Estados africanos, com a finalidade de promover o desenvolvimento de ambas as partes, sob as vertentes da cooperação e da paz. O Djibuti é um Estado membro e atua em diversos planos e contratos de cooperação com a China.

Outras ações desempenhadas em conjunto, com o apoio de organizações internacionais, são as operações antipirataria e as missões humanitárias. A Marinha do Djibuti é fortalecida, em sua grande maioria, pela cooperação dos Estados que possuem bases em seu território. A China opera em conjunto com as forças antipirataria da UE e da OTAN e com as forças de paz, orientadas pela ONU. Na perspectiva liberal, é de vital importância que os Estados e Instituições cooperem entre si em prol do melhor resultado para os objetivos em comum.

Corroborando com as ideias de Kant (2008), cabe destacar o documento, Livro

Branco de Defesa (2010), que orienta ações voltadas para a cooperação ganha-ganha. Diante disso, podemos destacar as diversas parcerias sino-djibutianas, como a Rota da Seda. Nesse sentido, a China está comprometida em desenvolver uma cooperação amistosa com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, onde o cerne está na igualdade e benefícios mútuos, respeitando a soberania e integridade de cada parte, em busca pela paz.

As ações liberais da China estão sendo bastante efetivas. Em 2019, em Pequim, ocorreu o segundo Fórum do BRI para a Cooperação Internacional. Em janeiro, 2020, durante uma reunião com o MRE chinês Wang Yi, Guelleh agradeceu pela parceria estratégica sino-djibutiana e pela assistência ao desenvolvimento econômico e social de seu Estado. Por sua vez, o Ministro chinês observou que o relacionamento entre eles se desenvolveu profundamente, considerando-o parceiro indispensável. Frisou ainda que aprecia a participação ativa de Djibuti na cooperação da Rota Marítima da Seda.

Complementarmente, pelo viés da interação coletiva, Guelleh observou que a ferrovia Djibuti-Etiópia e o Porto Multiuso, favoreceram a conectividade regional e a integração econômica e se tornaram modelo para a cooperação África-China, concluindo que o Djibuti está disposto a participar ativamente da construção conjunta da MSRI. Diante do exposto, as ações chinesas retratam a abordagem liberal.

Ainda nesse contexto, outro aspecto a ser destacado é o conceito da MSRI, que considera que a intenção chinesa é integrar os Estados-participantes por meio de investimentos para melhoria da infraestrutura e para a ampliação de parcerias de comércio. Salientando ainda que o desenvolvimento dos Estados é decisivo para o atingimento dos resultados. Não adiantaria de nada somente a China progredir isoladamente. Sendo assim, em uma visão liberal, o projeto é considerado benéfico, seja pelo atual papel da China em prol do crescimento mundial, seja pelo fato do progresso individual de cada Estado envolvido.

Finalmente, à luz da visão de Kant (2008) e Wilson (1918), podemos verificar que, o estado de paz, sugere-se uma liga de povos, na qual a China coopera mutuamente com o Djibuti, executando ações liberais com objetivos comuns e interesses próprios. Podemos perceber que o papel das Instituições foi primordial à viabilização e estreitamento das relações entre os dois Estados. As ações foram desdobradas no atendimento dos interesses de cada um com o desenvolvimento de parcerias e cooperações.

Diante do exposto nas duas seções, após efetuadas as análises das relações entre a China e o Djibuti, podemos chegar à resposta da pergunta proposta pela dissertação, e confirmar que as ações chinesas estão em harmonia com a duas Teorias Realista de Hobbes (2006) e Morgenthau (2003) e Liberal, de Kant (2008) e Wilson (1918), em momentos diversos, de maneira situacional.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar as ações da China no Djibuti, no período de 2008 a 2019, diante da abertura da sua primeira base militar no exterior, bem como a sua participação na iniciativa da rota marítima da seda. Os estudos bibliográficos e documentais foram direcionados ao atingimento do propósito, com o fito de esclarecer se as ações estariam sendo realizadas em sintonia com as teorias realista e liberal.

Inicialmente, no capítulo dois, foi realizada uma síntese das abordagens teóricas. Na Teoria Realista, os Estados agem para sua preservação com enfoque ao tripé — poder, natureza humana e interesse nacional — integrados aos elementos do poder nacional. Na Teoria Liberal, os Estados agem essencialmente em busca de cooperações com enfoque ao atingimento da paz.

Na sequência, no capítulo três foi apresentado um breve histórico do Djibuti, observando a importância dos seus portos, seguindo à evolução do seu governo que conquistou a estabilidade regional que figura até hoje. Além disso, foi apresentada a sua posição geográfica estratégica, destacando a importância das LCM que desenham a sua geopolítica relevante. Sob esse viés, foi feita uma análise da pirataria na região.

Seguindo ao próximo capítulo, foram apresentadas as efetivas ações da China, ligadas aos seus interesses nacionais, voltados ao exterior. As atuações objetivaram a instalação da base, cujas finalidades principais são a proteção de seus ativos e pessoal no exterior; apoio logístico; e monitoramento e segurança das rotas marítimas vitais à economia chinesa.

Em paralelo, com o Djibuti como Estado-parceiro da MSRI, as empresas chinesas se tornaram uma das mais ativas no setor de construção de infraestrutura, com investimentos e financiamentos voltados à construção de portos, ferrovias, estradas e

projetos que conectam toda a rede de cooperação. Nesse contexto, a base militar e a MSRI estão interligadas pela necessidade de proteção dos interesses chineses no exterior.

No capítulo cinco foi feita uma análise das ações chinesas à luz das teorias realista e liberal, a fim de possibilitar a resposta da questão proposta à pesquisa: estariam essas ações sendo realizadas em sintonia com a teoria realista e com a teoria liberal das relações internacionais? Sim. O estudo comparativo das teorias com o caso concreto nos levou a compreender as ações da China no Djibuti, que ora estavam voltadas à teoria realista e ora à teoria liberal; ocorrendo, ainda, a incidência das duas abordagens em uma mesma situação. Assim, as teorias não se excluem, se complementam.

À luz da abordagem realista, de Hobbes (2006) e Morgenthau (2003), as ações da China foram movidas pelos seus interesses nacionais, em busca da sua sobrevivência e posicionamento no Djibuti, corroborados pelo estabelecimento da base militar, projetando poder no Estado africano. Somadas ao monitoramento das rotas estratégicas, essenciais à sua economia e proteção dos seus ativos e pessoal das ameaças internacionais e regionais, como a pirataria, a fim de manter o equilíbrio da região, de maneira que atenda aos interesses chineses.

À luz da teoria liberal, de Kant (2008) e Wilson (1918), as ações chinesas voltaram-se especialmente às instituições internacionais, que possibilitaram a concretização de contratos de cooperação, China-Djibuti, como a Rota Marítima da Seda. Baseados em uma natureza humana essencialmente boa, em que organizações e Estados cooperam entre si, as ações liberais voltadas à MSRI e demais acordos estabelecidos estão apoiados na política africana da China.

Tendo em vista os fatos apresentados, diante das especulações sobre as reais intenções chinesas, mescladas por atitudes realistas e liberais, não podemos afirmar que a expansão militar e econômica representa um fator de busca pela hegemonia, em uma

disputa com os EUA, pelo menos, diante do que vem sendo divulgado oficialmente pela China. Entretanto, devemos considerá-las em uma análise macro. A base militar permitiu o aumento da capacidade da PLAN de projetar seu poder, frente a isso, não se pode eximir de evoluções futuras. Bem como, a localização estratégica, propiciou a elevação da sua economia. Mesmo que não se trate de uma busca pela supremacia, demonstra ações voltadas à grande estratégia de Xi Jinping, uma China forte e próspera, sob os pilares da ascensão e desenvolvimento pacíficos.

Com tudo isso, podemos fazer uma analogia das ações chinesas que se alternam, entre a natureza egoísta e má, de um lobo hobbesiano, agindo com voracidade em prol de sua sobrevivência, e a natureza essencialmente boa, sob a manta de uma ovelha kantiana, das ações cautelosas, mansas e pacíficas; levando-nos a uma abordagem de Morgenthau (2003), em que os Estados, em sua maioria, agem visando uma política de expansão de poder, porém pelo incremento da moralidade, a fim de não gerar conflitos, mantém-se um equilíbrio entre eles.

Ressalta-se ainda um aspecto interessante para pesquisas vindouras com respeito às relações econômicas entre os dois Estados. Um fator a ser registrado acerca dos interesses da China, é a possível dependência política e econômica, via endividamentos, do Djibuti, o que o tornaria vítima dos empréstimos Chineses. Essa preocupação foi observada pelo FMI. Entretanto, vale registrar que as referidas questões não foram objeto desta pesquisa.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, seguindo o mesmo tema desta dissertação, no que diz respeito aos interesses de outra grande potência na África, especificamente: “Os interesses da Índia no Djibuti”, a fim de se explorar um tema bastante atual e desafiador.

REFERÊNCIAS

A DEFESA NACIONAL. *Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros*. Ano CVI, v. 106, n. 836, 2018. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/view/2595/2056> Acesso em: 01 ago. 2020.

ALLIED MARITIME COMMAND. *Operation Ocean Shield*. Disponível em: <https://mc.nato.int/missions/operation-ocean-shield>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BBC NEWS. *O novo Canal de Suez: a obra faraônica que o Egito fez em um ano*. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150802_novo_canal_suez_tg Acesso em: 31 jul. 2020.

BBC NEWS. *Tire suas dúvidas sobre a pirataria na costa da Somália*. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090409_qeapirataria Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990. *Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31 jul. 2020.

CABESTAN, Jean-Pierre. *Base Militar da China no Djibuti: Um Microcosmo da Competição Crescente da China com os Estados Unidos e Nova Bipolaridade*. *Journal of Contemporary China*. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2019.1704994> Acesso em: 04 ago. 2020.

CARRIÇO, Alexandre. *Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping*. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n38/n38a03.pdf/Alexandre%20Carri%C3%A7o,%202013> Acesso em: 01 ago. 2020.

CARVALHO, Evandro. *A nova Rota da Seda na América Latina: A principal iniciativa de política externa que melhor traduz esse momento chama-se “Um Cinturão e Rota” (C&R), um ambicioso projeto que conecta a Ásia, o centro e o leste europeu e o norte da África*. 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/nova-rota-seda-america-latina> Acesso em: 31 jul. 2020.

CAVAS, Christopher. *Powers Jockey for Pacific Island Chain Influence*. 2016. Disponível

em: <https://www.defensenews.com/global/asia-pacific/2016/02/01/powers-jockey-for-pacific-island-chain-influence/> Acesso em: 30 jul. 2020.

CHAZIZA, Mordechai. *China's Military Base in Djibouti*. The begin-sadat center for strategic studies bar-ilan university. Mideast Security and Policy Studies. Bar-Ilan University, No. 153, 2018.

CHINA. *China's Military Strategy*: The State Council Information Office of the People's Republic of China. Ministry of National Defense of the People's Republic of China. White Papers, Beijing, 2015.

CHINA. *China's national defense*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. Ministry of National Defense of the People's Republic of China. White Papers, Beijing, 2010. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2010.htm> Acesso em: 31 jul. 2020.

CHINA. *China's national defense*. The State Council Information Office of the People's Republic of China. Ministry of National Defense of the People's Republic of China. White Papers, Beijing, 2006. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2006.htm> Acesso em: 01 ago. 2020.

CIA; STATE DEPARTMENT. *DJIBOUTI Country Studies*: A brief, comprehensive study of Djibouti. KINDLE. Editora Zay's Place, 2012.

DIGITAL GLOBE/GOOGLE EARTH. Disponível em: https://cdnbr1.img.sputniknews.com/img/740/07/7400757_0:99:1000:640_1000x0_80_0_1_1b68fdcf23c350ea9ca389c987c585d.jpg.webp Acesso em: 04 ago. 2020.

ENCICLOPÉDIA GLOBAL. *Mapas Geográficos do Djibouti*. Disponível em: <http://www.megatimes.com.br/2018/04/Djibouti.html> Acesso em: 04 ago. 2020.

FALLON, Theresa. *Xi Jinping's Belt & Road Initiative*: How to Win Friends & Influence Europeans. European Institute for Asian Studies, 2016. Disponível em: <https://www.eias.org/news/xi-jinpings-belt-road-initiative-how-to-win-friends-influence-europeans-by-theresa-fallon/> Acesso em: 30 jul. 2020.

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham. *Choke Points*. Harvard Business Review, 2020.

GATEWAY HOUSE. *Djibouti's 'military base' diplomacy*. Disponível em: <https://www.gatewayhouse.in/djibouti-military-base-diplomacy/> Acesso em: 04 ago. 2020.

GEROMEL, Ricardo. *O poder da China: o que você precisa saber sobre o país que mais cresce em bilionários e unicórnios* - São Paulo: Editora Gente, 2019.

HART-LANDSBERG, 2018 Martin. Mapas Geográficos do Djibouti. Monthly Review Online, 2018. Disponível em: <https://mronline.org/2018/10/05/a-critical-look-at-chinas-one-belt-one-road-initiative/> Acesso em: 04 ago. 2020.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: M. Claret, Coleção a obra-prima de cada autor, Série Ouro, v.1, 2006. 519p. <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm> Acesso em: 31 jul 2020.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua: tradução Marco Zingano*. Porto alegre, RS: L&PM, 2008. 96p.

KAPITAL AFRIK. *Statement from Djibouti Ports and Free Zones Authority (DPFZA)*. 2018. Disponível em: <https://www.kapitalafrik.com/2018/07/16/statement-from-djibouti-ports-and-free-zones-authority-dpfza/> Acesso em: 04 ago. 2020.

KAPLAN, Robert. *China's unfolding indian ocean strategy – analysis*. Center for a New American Security. 2014. Disponível em: <https://www.cnas.org/press/in-the-news/chinas-unfolding-indian-ocean-strategy-analysis> Acesso em: 31 jul. 2020.

KNOOW. *Lista dos Canais de Navegação mais importantes do Mundo*. Disponível em: <https://knoow.net/outros/lista-dos-maiores/canais-navegacao-importantes-do-mundo-top-10/> Acesso em: 04 ago. 2020

KOSTECKA, Daniel. *Places and bases: The Chinese Navy's Emerging Support Network in the Indian Ocean*. Naval War College Review, Vol. 64, No. 1, 2011.

KRUPAKAR, Jayanna. *China's Naval Base(s) in the Indian Ocean —Signs of a Maritime Grand Strategy?* Strategic Analysis. 2017. DOI: 10.1080/09700161.2017.1296622 To link to this article: <http://dx.doi.org/10.1080/09700161.2017.1296622> Acesso em: 04 ago. 2020.

LUFT, Gal. *Silk Road 2.0: US Strategy toward China's Belt and Road Initiative*. Ed. Atlantic Council (English Edition), 2017.

MAÇÃES, Bruno. *Belt and Road: A Chinese World Order* (English Edition). Editora Hurst, 2019.

MAHAN, Alfred. *The influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. Historische Schifffahrt. Bod – Books on Demand, v. 116, 2010.

MELVIN, Neil. *The foreign military presence in the horn of africa region*. SIPRI Background Paper, 2019. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-05/sipribp1904_2.pdf Acesso em: 01 ago. 2020.

MINGST, Karen A. *Princípios das Relações Internacionais*. [S.l.]: Elsevier, 2014.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

NEWS OF ASIA. Chinese military base in Djibouti necessary to protect key trade routes linking Asia, Africa, the Middle East and Europe. 2017. Disponível em: <http://newsasia.net/chinese-military-base-in-djibouti-necessary-to-protect-key-trade-routes-linking-asia-africa-the-middle-east-and-europe/> Acesso em: 04 ago. 2020.

PODER NAVAL. *33ª frota da Marinha Chinesa zarpa para o Golfo de Áden*. 2009. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2019/09/05/33a-frota-da-marinha-chinesa-zarpa-para-o-golfo-de-aden/> Acesso em: 31 jul. 2020.

REIS, Reginaldo. *Atlântico Sul e a Amazônia Sul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?* R. Marít. Bras. Rio de Janeiro, v. 134, n. 04/06, p. 1-304, abr. / jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistamaritima.com.br> Acesso em: 31 jul. 2020.

ROTHKOPF, David. *The Urgency of Art in a Dangerous, Rapidly Changing World: With the first Culture Summit in Abu Dhabi, Foreign Policy seeks to highlight the power of collective imagination as a force for good*. Foreign Policy – the Global Magazine of News and Ideas, 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/04/10/the-urgency-of-art-in-a-dangerous-rapidly-changing-world-united-arab-emirates-culture-summit/> Acesso em: 31 jul. 2020.

SCA. *Suez Canal Authority*. 1956. Disponível em: <https://www.suezcanal.gov.eg/English/Pages/default.aspx>. Acesso em: 13 out. 2020.

SPIRES, DAVID N. *Djibouti in Perspective: Orientation Guide and Cultural Orientation*. [S. l.] Progressive Management, 2015.

STUENKEL, Oliver. *O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global*. Ed. Zahar, 1ª edição, tradução de Renato Aguiar, 16 de agosto 2018.

STYAN, David. *Rota da Seda Marítima da China e Pequenos Estados: Lições do Caso do Djibuti*. *Journal of Contemporary China*, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/loi/cjcc20> Acesso em: 04 ago. 2020.

SUN, Degang; ZOUBIR, Yahia. *The Eagle's Nest in the Horn of Africa: US Military Strategic Deployment in Djibouti*. in: *Africa Spectrum*, 51, 1, 111–124, 2016. Disponível em: www.africa-spectrum.org Acesso em: 04 ago. 2020.

WILSON, Woodrow. *President Woodrow Wilson's 14 Points*. Message to Congress, January 8, 1918. Disponível em <https://www.ourdocuments.gov/doc>. Acesso em: 02 jun. 2019.

WORLD BANK GROUP. *Republic Of Djibouti: High-Level Development Exchange Launch of “Vision Djibouti 2035” Outcome Note June 20 -23, 2014*. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/870641468246040913/pdf/916950WP0DJIBO0x385342B00300PUBLIC0.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

YANZI, Deng. *CMG wants to make African port of Djibouti 'new Shekou'*. *China Daily*, 2017. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/business/2017-03/07/content_28455386.htm Acesso em: 31 jul. 2020.

YRIS. *First Place — On the Shores of Bab-el-Mandeb: Assessing China's First Overseas Military Base in Djibouti and Chinese Grand Strategic Vision for the Horn of Africa and Indian Ocean*. *The Yale Review of International Studies*, 2018. Disponível em: http://yris.yira.org/acheson-prize/2445#_ftnref15 Acesso em: 31 jul. 2020.

ANEXO A



FIGURA 1 - Djibuti e sua localização
Fonte: ENCICLOPÉDIA GLOBAL

ANEXO B



FIGURA 2 - Canal de Suez e a ligação direta com o Djibuti
 Fonte: KNOOW, Enciclopédia Temática.

ANEXO C

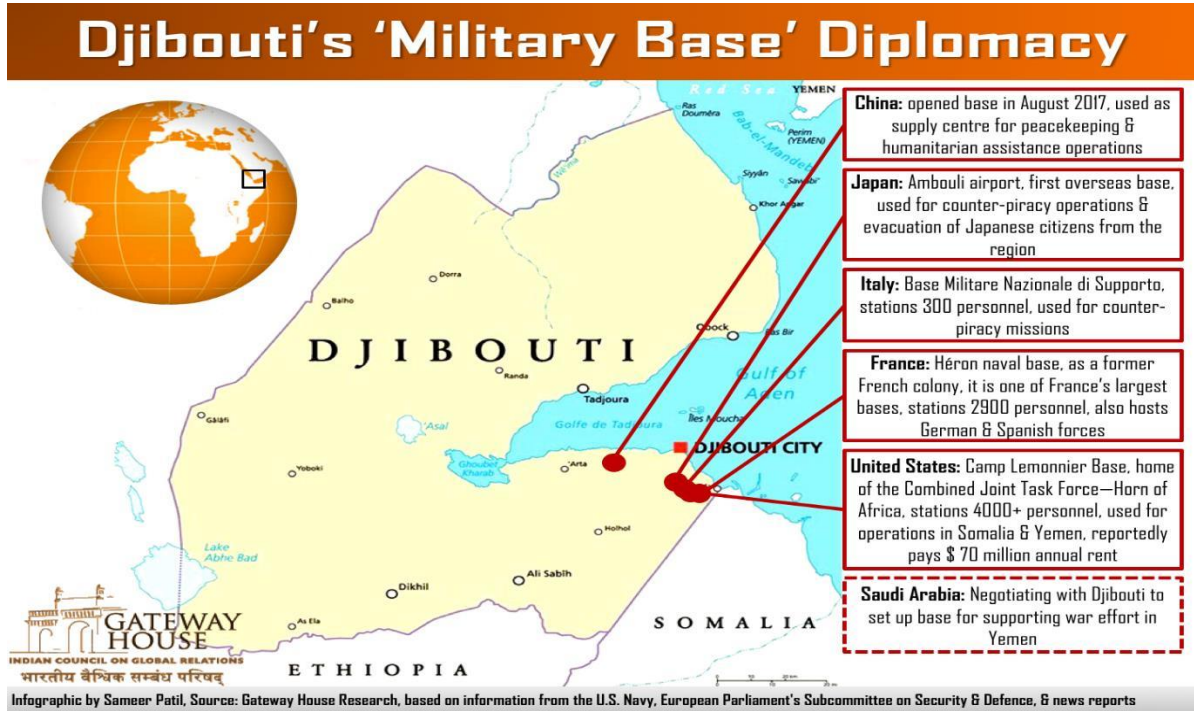


FIGURA 3 - Bases Militares no Djibuti
 Fonte: GATEWAY HOUSE, 2017

ANEXO D



FIGURA 4 - Área de Operação Antipirataria Ocean Shield

Fonte: ALLIED MARITIME COMMAND

ANEXO E

FIGURA 5 - Porto Multiuso de Doraleh e Base Naval Chinesa
Fonte: DIGITAL GLOBE/GOOGLE EARTH

ANEXO F



FIGURA 6 - Rota Marítima da Seda
Fonte: HART-LANDSBERG, 2018

ANEXO G

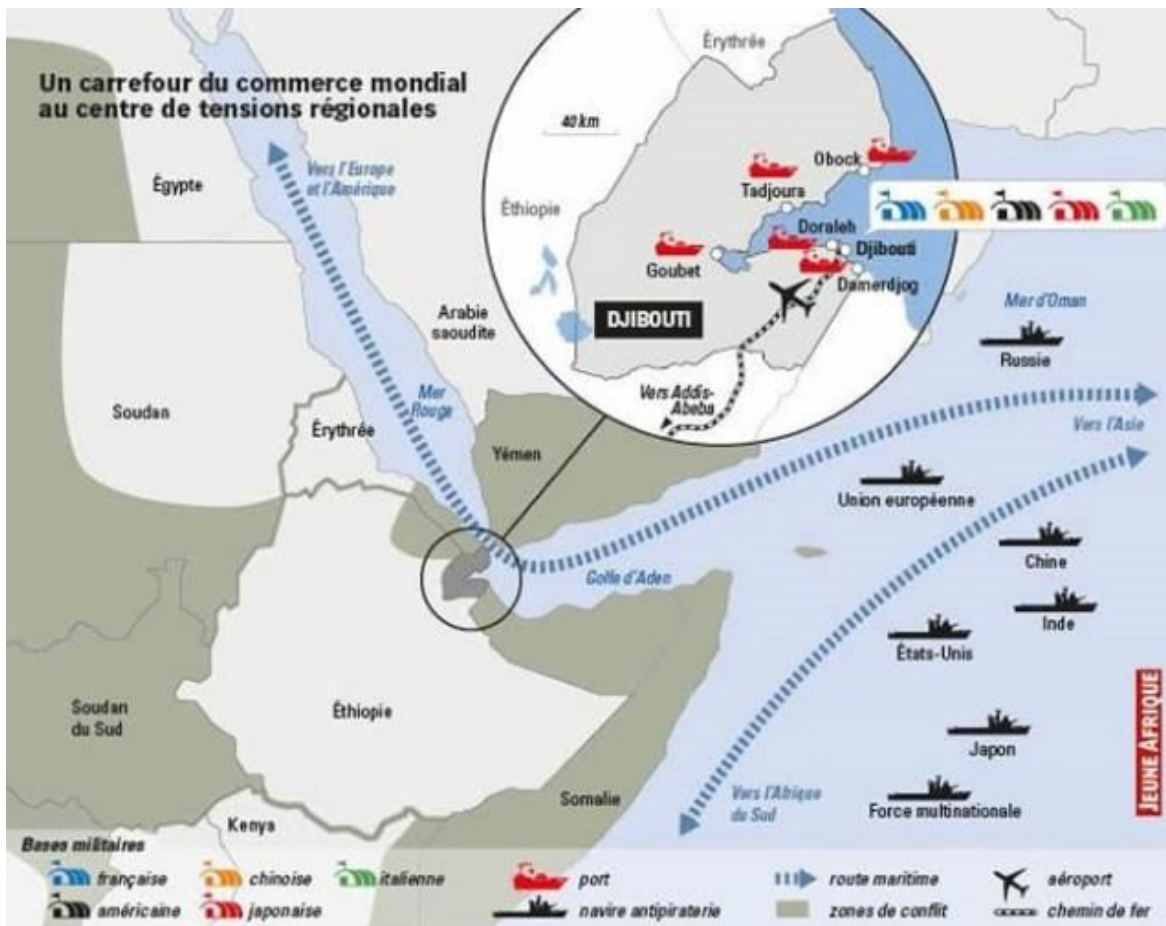


FIGURA 7 - Base militar chinesa do Djibuti necessária para proteger as principais rotas comerciais que ligam a Ásia, África, Oriente Médio e Europa
 Fonte: NEWS OF ASIA, 2017

ANEXO H



FIGURA 8 - Djibuti como centro de integração da MSRI
Fonte: KAPITAL AFRIK, 2018